

PRÁTICA ESCRITURAL INDÍGENA: LÍNGUA E LITERATURA FORTALECENDO A IDENTIDADE E A CULTURA

Érika Bergamasco GUESSE
UNESP - Faculdade de Ciências e Letras - Campus Araraquara
erikabg@fclar.unesp.br

Resumo: O presente artigo tem por objetivo apresentar uma reflexão acerca das relações entre a recente literatura (escrita) de autoria indígena e o fortalecimento da identidade e da cultura dos povos envolvidos nesse processo. Este trabalho é resultado de nossa pesquisa de doutorado, que se encontra em fase final. Temos nos dedicado a refletir e estudar o recente processo da prática escritural indígena no Brasil e como essa escritura tem se revestido de um caráter literário, com o intuito de preservar, divulgar e valorizar a cultura, tradição e saberes, bem como de fortalecer a identidade dos diversos povos indígenas brasileiros.

Palavras-chave: escrita indígena; literatura; cultura; identidade.

1. Introdução

Com o objetivo de mostrar como a prática escritural e literária indígena tem colaborado para o fortalecimento da identidade e da cultura desses povos, o presente artigo está organizado de forma a desenvolver basicamente dois tópicos.

Na primeira parte, trataremos da prática escritural e literária indígena, apresentando como ela se iniciou no Brasil e quais são suas características fundamentais. Para tanto, faremos uso dos estudos das professoras mineiras, Dra. Maria Inês de Almeida e Dra. Sônia Queiroz (UFMG) e do professor Dr. Lynn Mario T. Menezes de Souza (USP).

Na segunda parte, apresentaremos as reflexões dos próprios indígenas acerca de sua escritura e literatura, e também como esse processo tem contribuído para a recuperação, preservação, divulgação e valorização da cultura indígena e, conseqüentemente, para o fortalecimento da identidade de cada povo. Contaremos, nesta etapa, com as reflexões dos escritores indígenas Daniel Munduruku, Eliane Potiguara, Graça Graúna, Olívio Jecupé, Edson Brito Kayapó e Juvenal Payayá.

2. Prática escritural e literária indígena

Ter seus direitos garantidos por lei foi o primeiro passo para que os índios brasileiros pudessem desenvolver um processo de ensino-aprendizagem diferenciado e, conseqüentemente, pudessem criar e/ ou aprimorar suas práticas de escrita e produção literária. Desde a Constituição de 1988, o governo brasileiro demonstra uma preocupação maior em garantir, através das leis, os direitos das comunidades indígenas de preservarem suas culturas, costumes e tradições, utilizando a educação como principal instrumento. Há também um incentivo para que os indígenas atuem como discentes ou docentes no processo educacional.

Sabemos que há uma grande distância entre o que dizem as leis e o que acontece na prática. Ainda estamos distantes de uma educação escolar indígena ideal. De qualquer forma, essas garantias legais já representam um avanço imenso na maneira como nosso país passa a olhar o diferente, um país que passou 500 anos desvalorizando e, de certa forma, ignorando o índio e suas expressões culturais.

O fato é que a existência de línguas indígenas no Brasil foi oficializada, bem como seu uso no processo educacional. Através das leis, o Estado veio confirmar os direitos das

comunidades indígenas a uma educação diferenciada e garantir legalmente a divulgação de sua cultura nas escolas tradicionais.

Como consequência de todo esse aparato legal, principalmente da Constituição de 1988, de acordo com Souza (2003), a partir da década de 90, as escolas indígenas diferenciadas começaram a existir efetivamente em nosso país. Com a criação dessas escolas, algumas personagens, antes inexistentes, iniciaram sua atuação no cenário educacional brasileiro. Professores indígenas passaram a se formar e a lecionar nessas escolas para um público discente composto em sua grande maioria (quando não em sua totalidade) por indígenas. Dessa maneira, um material didático também diferenciado se fez necessário. Foram esses professores que assumiram primordialmente a confecção de seus próprios materiais didáticos, fazendo com que suas histórias, cantos, mitos e poesias passassem do âmbito da oralidade para o âmbito da escrita. Eles têm construído, a partir de suas práticas de trabalho educacional, a literatura das suas comunidades: são os chamados “livros da floresta”, segundo Almeida e Queiroz (2004).

As mudanças nas leis geraram mudanças educacionais concretas e é a partir do processo educacional que a cultura e tradição indígenas passam a ser um pouco mais valorizadas e a literatura escrita dessas comunidades nasce e se desenvolve.

Nesse contexto, além de aprenderem ou aprimorarem o domínio da língua portuguesa escrita, muitas tribos indígenas, anteriormente ágrafas, intensificaram o processo de construção de sistemas alfabéticos escritos de suas próprias línguas de origem. Portanto, uma das características significativas da literatura escrita indígena é sua estreita e profunda relação com a tradição oral; são as narrativas tradicionais, as canções e poemas, antes transmitidos apenas através da oralidade, que estão sendo escritos pelos próprios índios. Vale ressaltar que a oralidade continua sendo um elemento central (e vivo!) nas culturas indígenas; assim, os textos escritos atuam simultaneamente com as tradições orais na manutenção, divulgação e preservação da identidade cultural dos povos.

As produções indígenas são escritas tanto em suas línguas de origem quanto em língua portuguesa. Há livros que utilizam apenas a língua indígena; outros, apenas o português; outros ainda que apresentam as narrativas na língua indígena e traduzidas para o português, e, por fim, aqueles que apresentam duas versões (e não traduções) das histórias, uma na língua indígena e outra em língua portuguesa.

O que podemos verificar nesse processo é que a língua do branco, utilizada anteriormente como instrumento de dominação e manipulação de saberes passa agora para o domínio escrito do índio. O que antes era uma “arma” contra passa agora a ser uma “arma” favorável ao indígena, uma ferramenta que possibilita sua expressão imaginativa, comunicativa e também um instrumento político para a divulgação e valorização de sua cultura, seus costumes e, acima de tudo, de seus direitos. “A escrita sempre esteve presente no contato entre índios e brancos. Trata-se agora de um processo de recuperação, ou melhor, apropriação de seus meios” (ALMEIDA; QUEIROZ, 2004, p. 211).

Os objetivos primeiros das publicações de autoria indígena – mais frequentemente subsidiadas por órgãos oficiais ou por organizações não governamentais, quando se trata de autoria coletiva, e/ ou publicadas por editoras privadas, geralmente quando se trata de autoria individual – seriam atender à demanda escolar indígena, auxiliando os professores no ensino da escrita e leitura nas escolas das aldeias, e informar os brasileiros sobre a existência desses povos, constituindo-se, dessa forma, como um movimento político-literário. “Sua pertinência para os estudos literários consiste sobretudo em que seu produto principal, ‘o livro com cara de índio’, é o resultado de um processo de edição. Essa constatação faz admitir a autoria coletiva e assumir um conceito mais pragmático de literatura” (ALMEIDA; QUEIROZ, 2004, p. 196). Vale ressaltar ainda que a supremacia da produção intelectual indígena está na Região Norte do Brasil, o que significa, em termos estatísticos, um deslocamento do centro.

De objetos da escrita acadêmica, os índios passam a ser sujeitos dessa mesma escrita. Assim, nos textos configurados pelos indígenas – nos quais se percebem os marcadores da tradição oral e a potência do diálogo formal com a contemporaneidade artística – a legitimação literária, dada antes pela inventividade, poderia ser dada pela própria prática da escritura coletiva.

Pode-se dizer que a escritura indígena é coletiva porque expressa o que é comum, o resultado de um consenso, e é política também porque reordena a coletividade a partir das vozes de seus representantes. Enquanto a tradição literária europeia se baseia na textualidade (ou representação), a literatura indígena serve-se da territorialidade, numa ligação profunda e visceral entre a terra e a escritura.

Além disso, quando se reflete sobre literatura indígena, o próprio conceito de literatura deve ser posto em questão. É necessário pensar a literatura como prática social de determinado grupo e, dessa forma, cada literatura teria sua própria literariedade. No caso da indígena, é preciso verificar as relações da prática literária com a aquisição de domínio da escrita alfabética e da língua portuguesa, com os usos do livro e práticas de leitura, com a luta pela garantia de direitos e reconquista da terra. A escrita indígena produz uma exceção, um desvio no sistema literário brasileiro, delineando um novo estilo, uma nova estética, de extraordinária força comunicativa.

Muitas vezes, a literatura indígena chega até nós através de um processo de folclorização, com o objetivo de ocultá-la. Como exemplo, poderíamos pensar no uso dos mitos indígenas nas escolas; eles são apresentados como folclore, com suas entidades míticas desespirtualizadas. É apenas com a escrita, pelos próprios índios, que esses mitos passam a ser lidos como literatura e suas entidades podem reespirtualizar-se. “A folclorização é a literatura em suspensão. Há literatura quando se vê a letra, assim como faz história quem a escreve” (ALMEIDA; QUEIROZ, 2004, p. 205).

Sendo assim, a literatura indígena nasce de uma escrita política, já que pretende, através da letra, recuperar, recompor e reescrever a história, a partir do olhar da coletividade; instaura-se como um instrumento de poder, já que representa a apropriação, por parte do índio, da lógica do branco; é uma via real de saberes, de saberes vivos, que continuam a circular pelas comunidades, no âmbito da oralidade; além disso, essa literatura serve à constituição estética da comunidade. “Assim os índios estão percebendo sua entrada na sociedade brasileira: de forma literária” (ALMEIDA; QUEIROZ, 2004, p. 207).

Os indígenas brasileiros passam a ter agora uma língua documentada; isso significa ter uma história própria, um discurso, uma poética de libertação; apesar de nascer de uma necessidade escolar imediata, essa literatura tem sido pensada por suas comunidades e construída gradualmente pelos escritores da floresta. Dessa forma, a prática literária possibilita a preservação, a transmissão e a divulgação da tradição oral dos índios, que foram, por tanto tempo “calados”, bloqueados pelo branco, numa existência autônoma recalçada (ALMEIDA; QUEIROZ, 2004).

3. A língua e a literatura fortalecendo a identidade e a cultura

Sempre que tivemos o privilégio de ouvir um indígena falar sobre sua prática escritural e literária, pudemos perceber uma preocupação constante; ao mesmo tempo em que os indígenas se orgulham de ter suas obras, seus livros como alvo de estudos acadêmicos, eles não aceitam a ideia de o não índio se apropriar dos conhecimentos tradicionais indígenas como se fossem dele. Portanto, gostaríamos de salientar que não há ninguém mais bem preparado para refletir sobre a prática escritural e literária indígena do que os próprios índios envolvidos nesse processo. Sendo assim, muito nos interessa apresentar breves reflexões de

importantes escritores indígenas acerca da importância da língua e da literatura no fortalecimento da identidade e cultura de cada povo.

As produções literárias indígenas possuem autoria coletiva ou individual. Dentre os povos que têm publicado seus textos de autoria coletiva estão os Guarani, Desana-Wari, Kiriri, Maxakali, Sateré-Mawé, Yanomami, Kaxinawá.

Nas produções de autoria individual, dentre outros, destacam-se os seguintes escritores indígenas: Daniel Munduruku, Álvaro Tukano, Graça Graúna, Ailton Krenak, Eliane e Cássio Potiguara, Olívio Jecupé, Yagrarê Yamã, Darlene Taukane, Naine e Lúcio Terena, Edson Brito Kayapó, Juvenal Payayá, Aurilene Tabajara, Roni Waeiry, Silvia Nobre Wajãpy, Ely Mukuxi.

Todos esses escritores têm tentado – além de divulgar a literatura de seus povos, que, por sua vez, expressam seus costumes, crenças e tradição – refletir sobre a prática escritural e literária do índio, de forma mais abrangente, e de suas comunidades, de forma mais específica. Sabemos que uma grande maioria das obras de autoria indígena é editada e publicada, no Brasil, ainda com apoio dos não índios, representados financeiramente por órgãos do Estado, por organizações não governamentais ou por editoras particulares. Não contando, portanto, com recursos financeiros, práticos e técnicos suficientes para a publicação de extenso material, os escritores indígenas têm utilizado amplamente a *internet* como meio de divulgação de suas reflexões e críticas.

Para o escritor indígena Daniel Munduruku, há uma grande diferença entre os códigos urbanos e os códigos da floresta. Segundo ele (s.d., *on-line*), as sociedades indígenas são diferenciadas por terem desenvolvido uma maneira de ler o mundo dispensando a escrita alfabética; o próprio mundo desenvolveria um código que precisaria ser compreendido, e somente os alfabetizados nessa linguagem seriam capazes de lê-lo. Diz Munduruku sobre a escrita da floresta:

Este alfabeto, que a natureza teima em manter vivo; esta escrita invisível aos olhos e coração do homem e da mulher urbanos, tem mantido as populações indígenas vivas em nosso imenso país. Esta escrita fantástica tem fortalecido pessoas, povos e movimentos, pois traz em si muito mais que uma leitura do mundo conhecido... traz também em si todos os mundos: o mundo dos espíritos, dos seres da floresta, dos encantados, das visagens visagentas, dos desencantados. Ela é uma escrita que vai além da compreensão humana, pois ela é trazida dentro do homem e da mulher indígena. E neste mundo interno, o mistério acontece com toda sua energia e força (MUNDURUKU, s.d., *on-line*).

Daniel diz ainda que o homem branco, o dominador, vê a natureza como algo fora dele e decidiu desprezar a forma mais antiga de escrita – a escrita da natureza – para impor seu olhar, seu método científico, sua escrita perfeita. E assim, ao entrarem em contato com os índios, os colonizadores tentaram tirar de dentro deles a sua forma de escrever a sua própria escrita, plantando no coração de seus antepassados um “desejo de não Ser”.

No entanto, muitos indígenas resistiram e continuam fortes em seus valores e tradições, mas ainda têm que lutar e enfrentar, hoje, uma realidade tão dura quanto a de seus antepassados. Isso não se faz mais com um enfrentamento bélico, como foi no passado, mas através do domínio das tecnologias que o branco possui e a escrita alfabética talvez seja a mais importante delas. Sem deixar de lado a escrita da floresta – sua verdadeira forma de escrever e entender o mundo –, os indígenas se esforçam para dominar a escrita ocidental que, por tanto tempo, o dominou. Veem no aprendizado da escrita uma libertação, uma necessidade para sua sobrevivência física e para a manutenção da memória ancestral.

[...] É preciso interpretar. É preciso conhecer. É preciso se tornar conhecido. É preciso escrever – mesmo com tintas do sangue – a história que foi tantas vezes negada.

A escrita é uma técnica. É preciso dominar esta técnica com perfeição para poder utilizá-la a favor da gente indígena. Técnica não é negação do que se é. Ao contrário, é afirmação de competência. É demonstração de capacidade de transformar a memória em identidade, pois ela reafirma o Ser na medida em que precisa adentrar o universo mítico para dar-se a conhecer o outro. [...] Há um fio tênue entre oralidade e escrita, disso não se duvida. Alguns querem transformar este fio numa ruptura. Prefiro pensar numa complementação. Não se pode achar que a memória não se atualiza. É preciso notar que ela – a memória – está buscando dominar novas tecnologias para se manter viva. A escrita é uma dessas técnicas [...]

Pensar a literatura indígena é pensar no movimento que a memória faz para apreender as possibilidades de mover-se num tempo que a nega e nega os povos que a afirmam. A escrita indígena é a afirmação da oralidade (MUNDURUKU, 2008, *on-line*).

Com essas afirmações, Daniel Munduruku confirma a ideia de “continuidade” entre a oralidade e a literatura, deixando claro que é preciso fortalecer a autoria através da escrita para fortalecer também a identidade étnica dos povos indígenas. Ao escrever, de maneira nenhuma, o índio nega sua tradição oral. Pelo contrário; paradoxalmente, ele usa a escrita para manter viva sua oralidade e a partir dela construir sua prática literária, a literatura da floresta.

Para Munduruku, a literatura produzida pelos povos indígenas é universal e não é direcionada apenas para as aldeias. Diz ele sobre a produção literária indígena:

[...] nós entendemos que existe a oralidade e essa também é uma literatura. É claro que a universidade ainda não aceita isso muito bem, porque ainda não está no cânone. Mas entendemos que a literatura oral é tão importante quanto a literatura escrita. Elas não “brigam”, mas se complementam. A palavra da gente tem um limite, existe o limite da voz, mas o livro não tem uma barreira, ele pode estar aqui, pode estar lá do outro lado do mundo, do mesmo jeito que hoje em dia a tecnologia permite que a voz esteja também. O livro, mais do que a voz, é um instrumento permanente, as pessoas agarram ele, abraçam ele, não se pode fazer isso com a voz. Então ele acaba virando um objeto de afeto (MUNDURUKU, 2010, p. 8).

Para Eliane Potiguara, importante escritora indígena, a escrita e literatura indígena são importantes aliadas na difusão da cultura dos povos da floresta:

O pensamento indígena brasileiro de definir, identificar, trazer para fora a cultura, quem somos, o que queremos, o que sonhamos, e ter direito a uma educação diferenciada, começou a ser resgatado pelos indígenas que moravam nas cidades. Esse trabalho de resgate da identidade indígena trouxe, em seu bojo, uma produção literária diferenciada (POTIGUARA Apud COSTA, 2009, *on-line*).

Começamos a compreender que, para manter vivas nossas raízes, era preciso mais do que a tradição da oralidade. A criação dos alfabetos nas línguas indígenas e a fundação de escolas indígenas foram medidas fundamentais para a manutenção e a valorização da cultura. [...] As culturas indígenas eram todas orais, mas, diante da evolução do mundo, do advento das novas tecnologias, das mudanças, foi preciso transformar a cultura oral em cultura escrita. Mas tudo baseado nos relatos dos homens e mulheres mais velhos,

respeitando o conhecimento ancestral (POTIGUARA Apud COSTA, 2009, *on-line*).

Segundo Edson Brito (s.d., *on-line*), escritor Kayapó, a literatura indígena escrita pode ser considerada enquanto convergência de três aspectos: forma de representação da cultura indígena; forma de redescoberta do Brasil, conforme a ótica do índio; possibilidade de reencantamento de um mundo em crise. Diz ele:

As editoras e os leitores brasileiros estão redescobrando o Brasil, ou pelo menos estão descobrindo histórias, gestos e ações pouco conhecidas na literatura nacional, graças ao protagonismo de indígenas que entram em cena neste campo. Nós, indígenas, temos nas mãos a oportunidade de contribuir na revisão da história. [...]

Está claro que os povos indígenas brasileiros estão vivos, ativos e reativos, por mais que a história oficial e a literatura nacional tenham silenciado essa condição. A incipiente literatura indígena escrita é a prova cabal de que estamos em movimento e resistimos historicamente às adversidades: temos muitas histórias pra contar (BRITO, s.d., *on-line*).

Questionado sobre qual o papel da literatura indígena, o escritor Juvenal Payayá, acredita que a função da literatura seja complexa. Para ele, os escritores indígenas de hoje são pioneiros e talvez não vejam em vida todos os resultados de seus esforços; sua literatura constitui-se como uma busca do passado, com o objetivo de não deixá-lo perecer; é um instrumento de combate ao preconceito e aos estereótipos. “Assim acredito ser a literatura indígena tão útil ao povo indígena (ou ao mundo) assim como instrumentos de escavação do geólogo, a lamparina na escuridão das trilhas, o grafite no meio da madeira do lápis. Ela ainda tem o sabor do fruto pouco conhecido” (PAYAYÁ, 2007, *on-line*).

Olívio Jecupé é um indígena guarani que também se destaca no cenário dos escritores indígenas brasileiros. Em sua produção escrita, destaca-se a obra *Literatura Escrita pelos povos indígenas* (2009), na qual Olívio reflete sobre a literatura de autoria indígena:

Nós, indígenas, temos que ser como os grandes líderes que lutaram pelo nosso povo; temos que ser fortes e acreditar na arma que usamos para lutar, que é escrever. O presente, o futuro está mudando e a literatura será nossa grande arma para defender nosso povo. Nós seremos a mudança e a sociedade saberá de nós, através de nossa escrita (JECUPÉ, 2009, p. 15).

Para a escritora indígena Graça Graúna – Maria das Graças Ferreira – (2009), apesar da intromissão dos valores dominantes do colonizador, o direito dos indígenas de expressarem seus costumes, crenças e tradições vence o tempo e ganha voz através da tradição literária – oral, escrita, individual ou coletiva –, prova viva dessa sobrevivência; nos textos de autoria indígena se manifesta a literatura-assinatura de milhões de povos excluídos.

A literatura indígena é um lugar de confluência de vozes silenciadas e exiladas ao longo da história há mais de 500 anos. Enraizada nas origens, esse instrumento de luta e sobrevivência vem se preservando na auto-história de escritores(as) indígenas e descendentes e na recepção de um público diferenciado, isto é, uma minoria que semeia outras leituras possíveis no universo de poemas e prosas autóctones (FERREIRA, 2009, *on-line*).

E assim fica evidente que, ao criar sistemas alfabéticos para suas línguas nativas, ao aprender a ler e escrever em português, ao iniciar um processo educacional diferenciado, ao

compor seus próprios materiais didáticos e ao revestir essa prática escritural de um caráter literário, cada povo indígena brasileiro quer se apropriar dos meios e instrumentos dos não índios – instrumentos esses que outrora serviram para dominar, destruir e subjugar – para utilizá-los na recuperação, manutenção, divulgação e valorização de sua cultura, costumes e saberes, fortalecendo, dessa forma, suas próprias práticas tradicionais e sua identidade.

4. Conclusão

Apesar de ainda pouco divulgados e conhecidos, muitos escritores e grupos indígenas estão atuando no cenário literário brasileiro contemporâneo. São diversas obras sendo publicadas, de autoria coletiva de diferentes povos indígenas e também de autoria individual. São obras belíssimas, com conteúdo rico e interessante, com ilustrações muito bem feitas.

É a partir dessas publicações que muitos elementos culturais indígenas estão sendo recuperados, já que os velhos índios estão sendo ouvidos pelos coletores e escritores na confecção dos livros. A cultura indígena é, de alguma forma, reafirmada para os próprios índios, com o intuito de retomar e preservar hábitos culturais, valores e práticas tradicionais. Essa cultura indígena é, também, através dos livros, da literatura, (re)apresentada aos não índios, para ser divulgada e receber seu devido valor.

É a prática escritural e literária fortalecendo a cultura e a identidade dos diversos povos indígenas brasileiros, num processo recente, mas persistente e promissor, de (re)descoberta, por parte dos próprios indígenas em relação ao poder da língua falada e escrita e, principalmente, por parte dos não índios em relação a um universo “novo”, diferente, mas, ao mesmo tempo, tão igual na dignidade, na riqueza, na complexidade e no direito de fazer-se ouvir, conhecer e respeitar.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Maria Inês de; QUEIROZ, Sônia. *Na captura da voz: As edições da narrativa oral no Brasil*. Belo Horizonte: A Autêntica; FALE/UFMG, 2004.
- BRITO, Edison. *A literatura indígena é um conhecimento ancestral*, s.d. Disponível em: <<http://caravanamekukradja.blogspot.com/2011/01/literatura-indigena-e-um-conhecimento-ancestral/>>. Acesso em: 01 mar. 2011.
- COSTA, Patrícia. *Literatura Indígena*. 2009. Disponível em: <<http://opiniaoenoticia.com.br/cultura/livros/literatura-indigena/>>. Acesso em 20 jun. 2011.
- FERREIRA, Maria das Graças. *O direito à literatura indígena*. 2009. Disponível em: <http://ggrauna.blogspot.com/2009/04/o-direito-literatura-indigena.html>. Acesso em: 01 mar. 2011.
- JECUPÉ, Olívio. *Literatura escrita pelos povos indígenas*. São Paulo: Scortecci, 2009.
- MUNDURUKU, Daniel. *Literatura Indígena e o tênue fio entre escrita e oralidade*, 2008. Disponível em: <<http://www.overmundo.com.br/overblog/literatura-indigena>>. Acesso em: 08 jul. 2010.
- MUNDURUKU, Daniel. A escrita e a autoria fortalecendo a identidade, s.d. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/iniciativas-indigenas/autoria-indigena/a-escrita-e-a-autoria-fortalecendo-a-identidade>>. Acesso em: 08 jul. 2010.
- MUNDURUKU, Daniel. Entrevista [nov. 2010]. Entrevistadora: Roma Gonçalves Lemos. Rio de Janeiro: Pedagogia em foco, 19 nov. 2010.
- PAYAYÁ, Juvenal. Qual o papel da literatura indígena?, 2007. Disponível em: <<http://elianepotiguara.org.br/noticias/?p=145>>. Acesso em: 01 mar. 2011.

SOUZA, Lynn Mario T. Menezes de. As visões da anaconda: a narrativa escrita indígena no Brasil, 2003. *Revista Semear* 7. Disponível em: <http://www.letas.puc-rio.br/catedra/revista/semiar_7.html>. Acesso em: 18 jun. 2010.